

DIREITO ELEITORAL DIGITAL



DIOGO RAIS • DANIEL FALCÃO
ANDRÉ ZONARO GIACCHETTA • PAMELA MENEGUETTI
Autores

DIOGO RAIS
Coordenação

2ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	5
APRESENTAÇÃO	7
1. A IMPORTÂNCIA DA INTERNET E O PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL NAS ELEIÇÕES.....	13
2. PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL.....	19
2.1. Princípio democrático.....	19
2.2. Princípio republicano	21
2.3. Princípio da soberania popular	23
2.4. Princípio da liberdade de expressão.....	25
2.5. Princípio da legitimidade e da normalidade	25
2.6. Princípio da moralidade eleitoral	26
2.7. Princípio da anualidade ou da anterioridade eleitoral	27
2.8. Princípio da vedação do anonimato	28
2.9. Princípio da disponibilidade da propaganda eleitoral	29
2.10. Princípio da responsabilidade	30
2.11. Princípio do controle judicial da propaganda.....	32
2.12. Princípio da intervenção estatal mínima.....	34

PARTE I

A TECNOLOGIA E A PROPAGANDA ELEITORAL

3. PROPAGANDA ELEITORAL NA INTERNET	39
3.1. Propaganda antecipada.....	42
3.2. Conteúdo orgânico, conteúdo editorial e propaganda eleitoral: uma distinção necessária	43

3.3. Propaganda eleitoral paga na Internet	45
3.3.1. O escopo da legalização da propaganda eleitoral paga na Internet: o impulsionamento de conteúdo	47
3.3.2. As regras aplicáveis ao impulsionamento.....	49
3.3.3. As responsabilidades decorrentes do impulsionamento	51
3.4. Propaganda eleitoral e as mensagens privadas.....	56
4. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NA INTERNET	65
5. O PAPEL DOS PROVEDORES DE SERVIÇO DE INTERNET E SUA RESPONSABILIZ- ZAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL	73
5.1. A necessária influência do Marco Civil da Internet na esfera eleitoral	73
5.2. As diferentes categorias de provedores de serviços de Internet.....	75
5.2.1. Os provedores de acesso ou de conexão à Internet	76
5.2.2. Os provedores de aplicação de Internet.....	79
6. OS PROVEDORES DE CONTEÚDO.....	87
6.1. Pesquisas e enquetes eleitorais na Internet.....	88
6.2. Debates e entrevistas com candidatos na Internet.....	95
7. DIREITO À INFORMAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REMOÇÃO DE CONTEÚDO.....	99
7.1. A importância da Internet para o fortalecimento do regime democrático	99
7.2. A tutela do direito à informação e da liberdade de expressão	102
7.3. Remoção de conteúdo na Internet.....	105
8. DIREITO DE RESPOSTA NA INTERNET	113
9. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL ILÍCITA.....	121
10. BLOQUEIO DE APLICAÇÕES DE INTERNET	127

PARTE II

A TECNOLOGIA ALÉM DA PROPAGANDA ELEITORAL

11. NO FINANCIAMENTO COLETIVO DE CAMPANHA ELEITORAL	139
--	------------

12. NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	143
12.1. Prestação de contas partidárias	143
12.2. Prestação de contas eleitorais.....	144
13. NO ALISTAMENTO ELEITORAL.....	145
13.1. Título.Net e e-Título.....	145
14. NAS ELEIÇÕES.....	147
14.1. Urna eletrônica.....	147
14.2. Apuração da votação	153
14.3. Voto digital e sua impressão.....	155
15. NA FISCALIZAÇÃO CIDADÃ	157
16. CRIMES ELEITORAIS E TECNOLOGIA	159
16.1. Considerações iniciais: necessidade de reforma dos crimes eleitorais.....	159
16.2. Boca de urna: realização de propaganda eleitoral no dia da eleição.....	162
16.3. Crimes contra a honra.....	165
16.4. Crimes de influência do eleitorado passíveis de serem cometidos pela Internet.....	170
16.5. Crimes próprios de informática previstos na Lei das Eleições.....	175
16.6. O novo crime de denúncia caluniosa eleitoral (art. 326-A, Código Eleitoral, incluído pela Lei nº 13.834/2019).....	177
APÊNDICE A – GLOSSÁRIO DIGITAL	181
APÊNDICE B – GLOSSÁRIO ELEITORAL.....	185